

NOTA OFICIAL

O cenário da saúde pública e da saúde suplementar no Brasil é motivo de constante e renovada preocupação da sociedade brasileira e por conseguinte da classe médica nos últimos anos; as defasagens nos reajustes dos honorários médicos por parte do Sistema Único de Saúde (SUS), das operadoras e seguradoras de saúde, somando-se à precarização das relações de trabalho tanto na esfera pública quanto na rede privada, tem sido motivo de preocupação e de constantes ações por parte das entidades médicas nos quatro cantos de nosso país, um país continental com amplas variações regionais.

Soma-se a esta problemática, a incorporação de novas tecnologias durante e após a pandemia de COVID-19, com novos procedimentos disponibilizados no SUS e na Saúde Suplementar, por meio da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS).

Esta situação tem gerado conflitos e tensão crônica em todo o Sistema de Saúde para 220 milhões de brasileiros, demandas que levam a constantes estudos e busca de consensos das sociedades de especialidades médicas, sob o comando da Associação Médica Brasileira (AMB), resultando nas adequações e atualizações da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), editada pela primeira vez em 2003, com sua última revisão em 2022, sendo importante balizador para a classe médica.

A CBHPM, ferramenta de suma importância, é a principal sustentação para a Terminologia Unificada da Saúde Suplementar (TUSS) da ANS, que permite operacionalizar a cobertura prevista no rol mínimo obrigatório dos planos de saúde; bem como contribui para a padronização da terminologia utilizada nos procedimentos e eventos em saúde, nivelando as nomenclaturas adotadas pelo SUS, além de contribuir diretamente para a justa precificação de honorários - valorizando condignamente os profissionais.

Neste contexto, a Comissão Estadual de Honorários Médicos, órgão colegiado composto por representações das três entidades médicas: Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS), Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS) e Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), reuniu-se no dia 01 de agosto de 2024 na sede da AMRIGS com representantes das seguintes Cooperativas Médicas: COOPCAPE-RS, COOPCARDIO-RS, COOPMED-RS, COOPPROCTO e COOPETORAX-RS

Estas Cooperativas, que representam cerca de 3500 médicos gaúchos, solicitaram à CEHM esta reunião com a finalidade de fomentar a discussão e negociações das atualizações dos honorários médicos na saúde pública e na saúde suplementar, tendo-se definido um plano de ação conjunto, criando um fórum ativo e permanente com reuniões quinzenais.

A CEHM, formada pelo esforço conjunto da AMRIGS, CREMERS e SIMERS, tem trabalhado contra a desvalorização dos honorários médicos e seguidamente temos a informação de pagamentos tendo por base tabelas defasadas, por vezes com quase uma década e com perdas reais pela inflação, além de contratos precários de repasses por parte de instituições de saúde públicas e privadas.

Sempre na busca de elevar a satisfação de profissionais e pacientes, bem como garantir a harmonia e sustentabilidade do setor saúde

Subscvem esta nota

COOPCAPE-RS/COOPCARDIO-RS/ COOPETORAX-RS

Cedenir Agliardi

COOPMED-RS/ COOPPROCTO

Dr. Otavio Cunha

CEHM-AMRIGS

Dr. Ricardo Moreira Martins

CEHM-CREMERS

Dra. Carine Leite

CEHM-SIMERS

Dr. Vinicius Mello